



Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 63ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1975 (QUINTA - FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Fabiano Braga Cortes, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk e Wilson Fortes. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE'—

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO'—

procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE'—

Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 36/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 228/74, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto de Colinização e Reforma Agrária - INCRA — referente aos trabalhos da Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo. Parecer favorável da C.C.J. —

Aprovado, artigo por artigo.—

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16, sexta-feira, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1975 (QUINTA — FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, Secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Rosário Pitelli.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer. (45). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Edilson Alencar, Fabiano Braga Côrtes, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk e Wilson Fortes. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE —

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO —

procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. ACCIOLY NETTO — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados. para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE —

A Mesa defere. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal 32 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da Sessão e conseqüente votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO —

procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E;

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer um voto de congratulações ao Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, cumprimentando toda a equipe organizadora, chefiada pelo Presidente, AGIDE MENEGUETTE, do segundo Ciclo de Atualização Agrária, que será realizado em Curitiba, de 17 a 24 do corrente.

JUSTIFICATIVA:

O Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, DASCA, tem como uma das grandes atividades em âmbito nacional, o II CICLO DE ATUALIZAÇÃO AGRÁRIA, a realizar-se no período de 17 a 24 do corrente, no intuito de congrega a classe estudantil e profissional como também interessados ligados direta ou indiretamente ao Setor de Ciências Agrárias, visando uma maior oportunidade de relacionamento entre a empresa, Universidade e Comunidade, bem como a difusão e o aprimoramento do ensino, das pesquisas, dos serviços em favor da sociedade, através da criatividade, zelo e idealismo, para poder conseguir acompanhar a evolução das ciências agrárias.

O presente Ciclo é de promoção exclusiva do DASCA, com apoio do Ministério de Educação e Cultura, Reitoria da Universidade Federal do Paraná e Setor de Ciências Agrárias, com a seguinte organização.

1. Um Ciclo sobre POLÍTICA AGROPECUÁRIA, a ser realizado no período da noite, com palestras ministradas por autoridades Estaduais e Federais.
2. Uma série de CURSOS PARALELOS, que serão ministrados nas dependências do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná e Fazenda Experimental do Canguiri.
3. EXPOSIÇÃO DE TECNOLOGIA LIGADA AO SETOR AGRO-PECUÁRIO a ser realizada nas dependências do Setor de Ciências Agrárias da UFP, onde os participantes desta semana de Estudos poderão manter um contato mais íntimo com as empresas privadas.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma regimental, REQUER a V. Exa., que ouvida a Casa, seja enviado expediente ao Diretor Regional do Funrural Sr. Mariano Silveira Soares, no sentido de ser restabelecido o convênio com o Hospital de Caridade de Palmeira, para

atendimento médico-hospitalar naquela cidade, dos associados do Funrural.

É de ser ponderado que a extinção do referido convênio está causando sérios transtornos aos associados da referida instituição previdenciária que, ainda que devam ser atendidas em outros municípios, ficarão privados de uma assistência pronta, além de difícil e incômoda e que além do mais poderá deixar de ter a necessidade de eficiência, na concepção mais ampla do termo.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975.

a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados infra assinados, com assento nesta Casa, respectivamente, pelas bancadas do MDB e da ARENA, vêm indicar para comporem a Comissão Especial de assuntos de Implantação do POLO-PETROQUÍMICO, os seguintes nomes, de Senhores Deputados:

ÉLO MDB — Maurício Fruet e Lineu Turra;

Pelo M.D.B. — Maurício Fruet e Lineu Turra;

Pela Arena — Quielise Crisóstomo da Silva, Ezequias Losso e Jorge Sato.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975.

aa) MUGGIATI FILHO e IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A presente solicitação, Sr. Presidente, é sob todos os aspectos, justa. A única agência da Caixa Econômica Federal existente naquela região, respectivamente, das cidades de Santa Izabel do Ivaí, Loanda, Nova Londrina e Terra Rica.

Essas comunidades têm apresentado extraordinário desenvolvimento nos últimos anos em todos os setores, principalmente na ampliação dos seus órgãos públicos; no crescimento das atividades empresariais e industriais, como também, notável progresso no setor agropecuário.

A população desses municípios e sua área de influência, já ultrapassa 200.000 (duzentos mil) habitantes. Essa região necessita do melhoramento pretendido.

Os trabalhadores e as Autoridades do Noroeste do Paraná acreditam que a Caixa Econômica Federal promoverá as devidas pesquisas para constatar as potencialidades daquela região e, em consequência, implantar as agências, atendendo esta legítima e justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Considerando que o telefone se constitui atualmente em instrumento básico para o desenvolvimento de atividades econômicas, em todos os setores;

Considerando que a limitação de tempo apenas tres minutos por ligação, como foi anunciado, onerará, sensivelmente, os usuários;

Considerando, finalmente, que muitos destes, em entrevistas com o Deputado subscritor da presente proposição manifestaram preocupação diante da informação publicada pela imprensa da Capital.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente à Diretoria da Companhia de Telecomunicações do Paraná-TELEPAR, dirigindo-se apelo no sentido de que seja estudada aquela medida.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer se oficie ao Sr. Secretário de Educação e Cultura para que inclua no Plano Estadual de Educação Física, com verba de Loteria Esportiva, a construção do Ginásio de Esportes do Município de Marialva.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa toda do Estado do Paraná, publica hoje, o seguinte: "Bacilla vê Mista como um governo peroférico".

(Lê): Afirmando que "as 9 sociedades de economia mista que funcionam, no Paraná, se constituem em governos periféricos, pois além do manuseio de 68, 65 por cento dos dinheiros públicos, detêm poder econômico, administrativo, social e império para decidir, como resultados políticos, que surpreendem e espantam", o Conselheiro Nacim Bacilla Neto, presidente do Tribunal de Contas, manifestou-se favorável à iniciativa da Assembléia (Projeto de Lei N. 25/75), que objetiva instituir o controle externo nas entidades da administração indireta, quer do Estado ou dos municípios.

No depoimento que prestou, durante horas, perante a Comissão de Constituição e Justiça do Legislativo paranaense, o Presidente do Tribunal de Contas disse: "Não quero aceitar a observação de Jacques Maritain de que o poder aumenta o poder, insaciavelmente. Mas, concenhamos que, além da expressão da força financeira dessas empresas, elas detêm, igualmente, um po-

der de decidir administrativa, econômica, social e politicamente, que significa processo de anemia crescente do poder central do Estado, representado não só pelo Executivo, mas também, pelo Legislativo, inclusive, na função sua de controle, que lhe é deferida não apenas pelo espírito da Reforma Administrativa brasileira, mas igualmente, pelas escolas mais atuais de planejamento do governo".

Continua ainda: o Sr. Conselheiro Bacilla Neto dividiu seu pronunciamento, na Assembléia, em três partes: considerações históricas sobre a marcha de presença do poder público no domínio econômico; aspectos jurídicos de presidentes sobre a problemática e análise do Projeto de Lei N. 25/75, que tramita no Legislativo.

Na fase inicial de suas considerações, mencionou os esforços da Coroa portuguesa na estruturação de empresas. E o episódio da Depressão Americana dos anos 30, ressaltando a contribuição da experiência político-administrativa do TVA, nos Estados Unidos.

Salientou a experiência do Estado na intervenção dos Estados na economia particular na Alemanha do nacional-socialismo e em alguns países europeus para discorrer sobre os movimentos ideológico, no Brasil, destacadamente, e que marcou a gênese da Petrobrás. Historiando o nascimento das entidades da Administração Indireta, mencionou a NOVACAP, em 1956, como a primeira com essas características, para dizer que a Rede Ferrocária Federal S.A., em 57, seguiu os passos das idéias reformistas iniciadas com aquela estrutura que construiu Brasília. A primeira empresa pública — disse o Presidente do Tribunal de Contas — como tal rotulada, na sua lei criadora, foi a EMBRA-TEL, em 1962, iniciando-se, assim, marcha acelerada de uma tendência que, hoje, revela resultados interessantes: das 20 maiores empresas, no país, 11 são estatais, 7 são controladas por maio de capitais estrangeiros e 2 são empresas privadas nacionais. Isto revela que enormes são os poderes que, atualmente, se encontram nessas empresas."

"Na análise jurídica que fez sobre o Projeto 25/75, o Conselheiro Bacilla Neto ressaltou que a universidade do princípio de Direito Público de gestão financeira e orçamentária de um governo, devem sofrer, permanente controle. Qualquer cargo ou encargo de natureza pública, impõem, ao responsável, o dever indeclinável, para com a coletividade, de prestar contas ou de desnudar aos controles instituídos pela lei, o âmago de sua administração".

O SR. PRESIDENTE —

A Mesa comunica que V. Exa. tem 1 minuto para terminar.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA —

Obrigado, Sr. Presidente.

Seguem ainda os jornais de Curitiba e do Estado do Paraná com as informações prestadas por S. Exa. o Dr. Bacilla Neto, quando da visita a esta Assembléia. Terminando, diz: (Lendo): "Depois de sublinhar que o Ativo da COPEL E DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, são maiores do que o Orçamento do Estado, o Presidente Bacilla Neto revelou sua preocupação pelo que qualificou de existência de "verdadeiros governos periféricos" no Estado, pelo que "essas sociedades de economia mista representam/em expressão de poderio financeiro, como serem jurídicos, com poder de império de decidir administrativamente num largo percentual de recursos.

Aí está, Sr. Presidente, alguma coisa que esta Assembléia precisava saber, agradecendo a essa autoridade que vem a esta Casa para dar essas informações.

Muito obrigado (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dando sequência a uma série de entrevistas com eminentes homens públicos deste País, o jornal "O Estado de São Paulo", traz hoje as considerações do ex-Ministro, ex-Embaixador, ex-Senador, professor Afonso Arinos de Mello Franco, talvez um dos maiores intelectuais brasileiros, que tem pensado no Brasil com a seriedade e com a informação científica real, e que, hoje, mais uma vez, dá sua contribuição para a análise do momento nacional, que está a desafiar a elite cultural brasileira.

Diz Afonso Arinos de Mello Franco o seguinte: "Uma das observações mais comuns e mais ineptas do superficialismo anti-democrático é a de que o sufrágio universal é um erro, porque o meu voto, por exemplo, não pode ter o mesmo valor do que o de minha cozinheira".

Exatamente por isso é que sugere a necessidade cada vez maior dos partidos políticos superarem a deficiência das massas. Diz ele, (continua lendo): Não sou dos que pensam que a Arena não tenha possibilidades de popularizar-se. O potencial popular da política do governo pode ser, em muitos pontos, oferecido com a maior autenticidade à adesão das massas. Sei que sobre a Arena repercute o desfavor de medidas impopulares, como as que decorrem da repressão política do desequilíbrio social e certas reações necessária — como, recentemente, a irrefletida tentativa de reduzir o tempo de aposentadoria dos servidores públicos, sem o cálculo aproximado das disponibilidades orçamentárias.

Mas, reconheço, em contrapartida, que o nacionalismo econômico, a visão social do desenvolvimento, a firmeza (embora com alguns erros) da política externa, e um enorme esforço previdenciário e assistencial, desdobrado em iniciativas como o saneamento de municípios, construção de casas populares, política salarial compatível com nossas necessidades, Mobral, a preocupação com os preços dos produtos alimentares, política de transportes, prioridade para a indústria pesada (ferrovias e portos) — tudo isto compõe um acervo social com que o atual governo pode ser comparado ao de Vargas, sem ter entretanto as intenções pessoais caudilhescas do ditador gaúcho".

Finalmente, "pessoalmente, não mudaria nada no esquema legal dos partidos. Mudaria muito, isto sim, no comportamento da Arena, sem agredir ninguém e sem utilizar a força do poder, que só afastaria a simpatia do povo".

Exatamente, dentro desta perspectiva, que me parece das mais oportunas e das mais válidas, o manifesto hoje publicado pela imprensa dos Vereadores da Aliança Renovadora Nacional, à Câmara Municipal de Curitiba, através do qual dispendem as suas inquietações e a sua crença de que a Aliança Renovadora Nacional, com todos os seus filiados se empenhe, "com todas as suas forças, para que o processo seletivo que se desencadeia no Diretório Municipal de Curitiba, parta, democraticamente, das bases populares para as cúpulas, pois só assim entendemos democracia, razão primeira da existência do nosso partido".

Diz bem o manifesto, é exatamente o que ocorre nos Estados Unidos da América aonde a prática partidária, como em nenhum outro lugar comum, tem se mostrado à altura das necessidades políticas daquela Nação.

Os Estados Unidos sabem, perfeitamente, que a força da organização partidária é muito mais forte na base e muito fraca na cúpula, razão pela qual os partidos políticos americanos estão cada vez mais atuantes.

Esperamos que esta estratégia também passe a ser configurada no exercício da vida partidária brasileira principalmente da Arena, partido que tem sido uma organização eternamente na expectativa sem nunca ter partido à frente, procurado ele mesmo às suas próprias custas, as soluções que o País todo anseia.

A Câmara de Vereadores de Curitiba, através dos representantes da Arena, deu hoje início a uma arrancada. Espero que te-

nha sequência valorizando e revitalizando a vida partidária evitando, principalmente, esclerosamento e a anemia que hoje caracteriza a vida partidária brasileira, principalmente a do partido a que pertencço, Aliança Renovadora Nacional.

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao Deputado Luiz Roberto Soares que está esgotado o tempo que dispunha para falar no Pequeno Expediente, porém concedo mais um minuto para que possa terminar o seu discurso.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Muito obrigado. Lembro aqui, agora, a famosa "Lei de Bronze" de Robert Michael que diz: "Em todo o partido democracia não é para consumo doméstico, mas, antes, artigo feito para exportar". Que isto não ocorra em nosso partido.

Meus parabéns aos Vereadores da Arena de Curitiba, que preocupados com este aspecto da maior importância para a vida partidária, deram a lume este manifesto que, tenho certeza, será o início de novos tempos, será o marco histórico da maior importância para revitalização e engrandecimento de meu Partido. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que assomamos à tribuna para comunicar que, na terça-feira próxima passada, estivemos, mais uma vez, assistindo a inauguração da sede própria de uma das filiais do Banco do Brasil, desta feita na cidade de Ibaity. Ali víamos um de seus Diretores, o ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, ex-Ministro e agora um dos Diretores do maior estabelecimento bancário do Brasil, o Coronel Walter Peracchi Barcelos. Vimos também a gente que moureja naquela terra assistindo a inauguração daquele banco, que já está dando amparo à lavoura e à pecuária da região do Norte Pioneiro, sem o aparato político como querem dizer os homens da Oposição, quando o aparato político nós vemos nas próprias escrituras sagradas, quando Cristo, em sua peregrinação ao dizer a palavra da verdade, tinha o aparato, com seus discípulos.

Queremos também encaminhar um ofício ao Sr. Governador do Estado do Paraná, ofício da Prefeitura Municipal de Curiúva. (Lê):

"Ofício nº 012/75.

Curiúva, 28 de abril de 1975.

Exmo. Senhor Governador do Estado:

1. Esta Prefeitura Municipal, em nossa pessoa e atendendo ao apelo da população local e adjacente, vem pleitear junto a V. Exa., a ligação rodoviária entre os municípios de CONGOINHAS e CURIÚVA (PR-160), mas de forma que o trecho de 35 quilômetros, aproximadamente, a ser reaberto e melhorado, seja entre aquele município vizinho e Lisímaco Costa, nosso distrito já que deste (BR-22) local para IBAITI e a sede de nosso município, existe rodovia do DER.

2. O interesse ora despertado, visa nossa comunicação com as importantes cidades de JACAREZINHO, CORNÉLIO PROCÓPIO, LONDRINA, ETC.

3. O traçado previsto em nosso projeto do plano Rodoviário Estadual data da gestão do SR. LUIZ CARLOS TOURINHO, então Diretor do DER, que determinou o levantamento topográfico.

4. A rodovia em perspectiva, é de alto interesse econômico para o Município e ao Estado, pois de imediato, desvia uma ponte sobre o Rio Laranjinha.

5. Senhor Governador, para dar breve idéia de nossa dimensão econômica, social e cultural, eis alguns dados estatísticos, que de imediato, traduzirão melhor e com mais realismo, que nossas palavras, na intenção de estender ao povo, este mínimo indispensável.

5.1 — Comércio:

98 estabelecimentos comerciais;

5.2 — Empresas:

Extrativa Mineral — Cia Carbonífera do Cambuí, produzindo 25.000 toneladas de carvão, mensalmente, e vendendo às Indústrias Klabin (fábrica de papel, COPEL (Produção de energia elétrica) e outras Indústrias de São Paulo, oferecendo mão-de-obra para 500 pessoas em média;

Geração de Energia Elétrica — Companhia Paranaense de Energia Elétrica produzindo 20.000 kvh., e com cerca de 150 empregados;

Olaria: 2 (duas);

Máquinas para beneficiamento de arroz — 16 (dezesseis) em intensa atividade;

Transportadora Figueirense Ltda., possui 35 (trinta e cinco) caminhões, que transportam diariamente, carvão para as Indústrias Klabin, numa quantidade de 18 toneladas diárias por unidade;

CRPR — Companhia de Pesquisas de Recursos Humanos — atualmente aqui instalada e pesquisando minérios nobres;

5.3 — Rebanho animal — 14.000 cabeças de bovinos (estatística da CAFAP); 30.000 cabeças de suínos, distribuídos em 40 granjas de criação;

5.4 — Produção Agrícola — 700 mil sacas de milho (anuais) — 1.200.000 cafeeiros (80 por cento em franca produção); 600.000 sacas de arroz (anuais); 450 alqueires de soja plantada (início de cultura) e 2.000 alqueires em feijão (entresafra).

5.5 — Veículos e trânsito — Estatística de seis (6) meses atrás, nos dá conta de que na confluência das BR-22, em 72 horas, o fluxo de trânsito, foi de ordem de 630 veículos nos dois sentidos, principalmente naqueles que dá acesso à “Rodovia do Café”.

Somos servidos por ônibus de três (3) empresas que permitem em 7 (sete) horários, os transportes de passageiros para as cidades de IBAITI, SANTO ANTONIO DA PLATINA, JACAREZINHO, LONDRINA, OURINHOS e por extensão a outras cidades.

O DETRAN de CURIÚVA, registra a existência de 415 veículos no município. O tráfego aéreo, quando necessários (não possui linhas regulares), é facilitado por dois (2) campos de pouso e decolagem, com capacidade para aeronaves do tipo C-47 ou Douglas DC-3.

5.6 — Reflorestamento: — 3.000 alqueires.

5.7 — Ensino — 3 Grupos Escolares, do Estado, com 770 alunos matriculados; 84 professores municipais, distribuídas em 43 escolas e nos Grupos já mencionados; — 1.430 alunos matriculados em escolas isoladas; 432 alunos estudando nos dois ginásios; na sede do município, funciona Curso Normal Secundário, já em sua segunda série.

5.8 — Criação de Bicho da Seda — 12 proprietários e essa atividade se dedicam atualmente.

5.9 — Empresa de Pesquisa — Além do carvão, mineral, já em extração há mais de 30 anos, existe ainda, pesquisa de minério nuclear (urânio em especial), desenvolvida pela já citada CPRM, cujos resultados são aguardados com entusiasmo justificado pela sua importância, inclusive pelos Senhores Presidente do CNP e Ministro de Minas E Energia, S. Exa. Dr. Sigeaki Hueki, que nos honraram com sua visita recentemente.

6. — Complementando, Senhor Governador, desejo ainda informar a V. Exa. que os 21.000 habitantes desta comuna, utilizando-se dentro do território que governamos, de 600 quilômetros de estradas, por nós construídas e conservadas.

7. — Por todos esses motivos é que depositamos toda nossa confiança na decisão de V. Exa., em atender esta justa reivindicação, certo que estamos, em vosso interesse em dar ao Estado sua verdadeira proporção, com isenção de ânimos, a não ser aquele de atender a coletividade, que labora pela grandeza de nossa Pátria e que tanto precisa ser ajudada para poder ajudar esta Nação de futuro grandioso cuja atualidade nos faz ter a certeza desse destino que nada poderá deter.

8. — Com respeito, consideração, subscreve-me

Atenciosamente

Leony Mainardes Rosa
Prefeito Municipal”.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica a V. Exa. que o tempo está esgotado e permite mais alguns instantes para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Já concluímos, Sr. Presidente. Muito obrigado Sr. Presidente. Obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel, quarto orador inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna hoje a fim de apresentarmos um requerimento que será submetido a plenário desta Casa, através do qual estamos solicitando envio de ofício ao Exmo. Sr. Gal. Silvío Couto Coelho de Frota — e deveríamos justificar esta proposição que, dentre os Municípios que representamos nesta Casa Legislativa, um deles, é o Município de Castro, nossa terra natal e ali, naquele município, há mais de 50 anos foram construídos prédios para o Quartel instalando-se, naquela época, o 2º Regimento de Cavalaria que mais tarde deu lugar ao 5º RCD, posteriormente ao 5º BE, em seguida o 6º GA. Do 75 e por último o Batalhão Ferroviário. Ultimamente, depois de um espaço em espaço em que o referido próprio ficou desocupado, ali instalou-se pequena parte do batalhão ferroviário, que também já deixou aquelas dependências.

E o Município de Castro iniciou uma campanha. Campanha que, nesta Capital, é liderada pelo Centro Castrense de Curitiba, órgão que congrega os filhos daquela terra. É um trabalho que se desenvolve no sentido do aproveitamento daqueles prédios, anteriormente destinados a efetivos militares, cujos prédios hoje, abandonados e desocupados, estão a sofrer o desgaste natural pelo passar do tempo. É neste sentido, Srs. Deputados que nos propusemos, acompanhando o movimento que realiza o Centro Castrense de Curitiba, que realizam os homens públicos daquele município, em apresentar um requerimento, pelo qual pedimos o envio de um ofício ao Sr. Ministro do Estado, do Exército, no sentido de que providências sejam tomadas, ou para que ali outra vez, seja sediado um efetivo do Exército, ou então para utilização daqueles prédios, no sentido de uma adaptação para uma escola veterinária do próprio Exército, ou ainda, para a instalação de um Hospital Regional da 5ª Região Militar. São esses os termos que contém o nosso requerimento, que passaremos à leitura, a fim de que o mesmo possa ser colocado em discussão e em votação por esta Casa Legislativa. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. General Silvío Couto Coelho da Frota, — Ministro de Estado do Exército, o ofício que se segue, consoante as considerações que vão expendidas:.

Considerando que há mais de 50 anos foram construídos no município de Castro, neste Estado, edifícios para ali ser sediado o 2º Regimento de Cavalaria, que mais tarde deu lugar, sucessivamente, ao 3º RCD, 15º RCI, 5º BE, 6º GA. Do 75 e ultimamente a pequena parte do Batalhão Ferroviário;

Considerando que após a saída do Batalhão Ferroviário, referidas dependências ficaram sem efetivo militar;

Considerando que tais edifícios estão atualmente e de longa data desocupados, sujeitos à depreciação e aos estragos naturais do tempo e pelo desuso;

Pede permissão à Sua Excelência, Sr. Ministro de Estado do Exército, a fim de sugerir o aproveitamento do referido quartel, seja utilizado para um efetivo militar, seja adaptado para uma

Escola Veterinária do próprio Exército, ou seja mesmo para a implantação de um Hospital Regional da 5ª Região Militar.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, quinto orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para trazer a esta Casa um artigo do jornal "A Folha de Londrina" que em data de ontem publicou o seguinte ofício, da Prefeitura Municipal de Maringá. (Lê): "Esse órgão de imprensa fica autorizado a prestar cobertura noticiosa de todos os atos relativos às comemorações do 28º aniversário da cidade, incluídos ou não, na programação oficial.

Em especial deverão ser produzidas reportagens sobre a inauguração da Central de Abastecimento da COBAL, inauguração da Posidina do Centro Esportivo Alvorada e ligação Jardim nº 2000 da Rede de Esgoto, com um mínimo de 1/2 página para cada solenidade.

Estas reportagens, além dos fatos pertinentes, deverão traduzir a importância do meio administrativo atingido.

Ao se tratar da inauguração da piscina, deverá ser focado com destaque, o tratamento próprio que recebe a água.

Fica autorizada a apresentação do faturamento no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) ao qual deverá se juntar além das reportagens já referidas, recortes de todo o noticiário.

Formulando protesto de elevada estima e distinta consideração subscrevo-me.

Atenciosamente.

José Buzato — Chefe Interino de Gabinete.

Sem comentários, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, sexto orador inscrito.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudel.

O SR. EGON PUDEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna no dia de hoje, são dois assuntos rápidos.

O primeiro, o encaminhamento de um requerimento à TELEPAR, no sentido de que seja melhorado o serviço telefônico da cidade de Toledo, bem como o serviço de discagem a longa distância, que está em péssimo funcionamento.

O requerimento é o seguinte: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, seja encaminhado ofício à TELEPAR, em sentido de apelo, solicitando as providências técnicas que se fizerem necessárias no sentido de normalizar os serviços de discagem direta de Curitiba e outros centros para Toledo e vice-versa, pois verifica-se no horário comercial uma sobrecarga dificultando e mesmo impossibilitando a discagem direta.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975".

O segundo é de congratulações ao Tribunal de Contas de nosso Estado pelo Seminário realizado na cidade de Toledo, no dia 10 do corrente mês, onde o Conselheiro Leônidas Hey de Oliveira, Vice-Presidência do Tribunal de Contas e sua valorosa equipe composta pelos Srs. Valter Otaviano da Costa Ferreira, Contador e Diretor; Wilson Adolfo Stedile, Assessor Jurídico; Aramis Antonio Moscalewski, Lacerda, Assessor Jurídico; Dufflio Luiz Bento, Economista e Diretor; Martiniano Camargo Lins, Diretor e Oscar Ferreira Alves, Diretor, realizaram um Seminário com mais de noventa participantes, entre Vereadores, ACAMPAR de nosso Estado, Prefeitos Municipais e mesmo funcionários de diversas Prefeituras do Oeste do Paraná.

O Seminário versou principalmente sobre o Decreto-Lei 201/67, sendo dada uma ampla explicação e um amplo esclarecimento aos participantes daquele conclave, inclusive com a discussão e a orientação sobre o Projeto de Lei Orçamentária, bem como sobre a Lei Orgânica dos Municípios.

Este trabalho realizado pelo Tribunal de Contas vem realmente ao encontro de todas as Câmaras Municipais do Interior e das Prefeituras Municipais porque o Tribunal de Contas de nosso Estado, naquele Seminário procurou orientar, procurou dizer ao Executivo e ao Legislativo que deve haver um melhor entrosamento e um maior entendimento entre os dois Poderes.

Encaminhamos, portanto, o seguinte requerimento: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao Senhor vice-presidente do Tribunal de Contas, e demais membros da Comissão organizadora do programa de ação administrativa denominado "O Tribunal de Contas e as Câmaras Municipais", programa levado a efeito na cidade de TOLEDO no dia 10 do corrente mês, com mais de 90 noventa participantes, de Prefeitos e representantes das Câmaras Municipais.

Outrossim, aprovado o presente, solicito seja enviado ofício do Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975".

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, sétimo orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Entendendo que o café é um produto de alta significação para a economia agrícola do Paraná e do Brasil, o Governo do Estado do Paraná tem dedicado permanente atenção aos reclamos do setor cafeeiro, que não tem encontrado na verdade, estímulos para continuar ou expandir sua produção, enfrentando problemas de preços e de esquemas de comercialização.

A atenção que o Governo Jayme Canet Júnior vem emprestando à questão pode ser comprovada pelos recentes contatos que o Chefe Executivo manteve em Brasília com o Presidente Ernesto Geisel. Levando a Sua Excelência o Presidente da República e, posteriormente, acompanhado por seu Secretário da Agricultura, Doutor Paulo Carneiro Ribeiro, ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio, as preocupações e reivindicações da cafeicultura paranaense, sentiu a disposição do Governo Federal em atender aos justos reclamos do setor. O Governador Jayme Canet Júnior fez sentir, naquelas oportunidades, a importância do café para a nossa economia, principalmente em termos de geração de divisas, pois o produto sempre continuará representando um dos mais significativos itens da pauta nacional de exportações.

Estendendo seus contatos na área federal, à qual está afeta a política cafeeira, o Governo do Estado, através do Secretário Paulo Carneiro, esteve também no Rio encontrando-se com o Presidente do IBC, Sr. Emílio Calazans. Em audiência que durou várias horas o representante paranaense ofereceu subsídios que, do ponto de vista do Paraná, podem levar, com a necessária urgência, à adoção de novos rumos para a cafeicultura nacional.

Dentro dessa linha, afirmou o Secretário da Agricultura a necessidade de um plano racional para a substituição e renovação da lavoura do café, num programa de âmbito nacional, com bases de preços compensadores para garantir o custeio sempre mais elevado da mão-de-obra, de insumos, etc.

Enfatizou também a necessidade de uma ação voltada não para a extensão das áreas de plantio de café, mas sim para aumentarmos a produtividade, através da substituição de lavouras deficitárias por lavouras de alta produtividade. Alcançado o

aumento da produtividade, muitos dos problemas que a cafeicultura atualmente enfrenta poderão ser sanados.

O Governo do Estado, diante da atual conjuntura cafeeira mostrou-se presente. Seu papel está sendo **cumprido** e sempre nos momentos mais oportunos e dentro de fórmulas ideais para que alcancemos o resultados desejados o mais rapidamente possível”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está findo o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para fazermos um requerimento e depois encaminharmos à Mesa um projeto de Resolução. O requerimento, Sr. Presidente, que fazemos nesta tarde é no sentido de reiterar apelo feito através de requerimento nosso.

Há meses atrás solicitamos a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública, uma certidão ou uma fotocópia do depoimento de uma comerciante preso em nossa região, maldosamente pelo Delegado de Polícia de Goio-Erê, encaminhado a esta Capital para a Delegacia de Furtos de Automóveis.

Naquele depoimento, cuja cópia nós requeríamos, aquele pretendo delinquente, segundo a vontade do Delegado de Polícia de Goio-Erê, era incriminado pela Delegacia e agente de Polícia daquela cidade. Causou-nos estranheza que até essa data esta data este Deputado não tenha sido atendido naquela pedido.

Estamos hoje, através de um requerimento, reiterando pedindo expressamente aquele expediente, uma vez que o Delegado de Polícia de minha cidade, da cidade que eu represento, segundo informações e reclamações do meu povo, continua usando e abusando do cargo, praticando contra aquele povo, toda a sorte de atos e arbitrariedades.

Assim é que recebemos ontem, telefonicamente, a reclamação de que mais um fazendeiro foi preso por aquele Delegado e até esta hora, este Deputado, que também funciona com escritório de advocacia não conseguiu localizar o fazendeiro. Foi impetrado na minha cidade o “habeas corpus” para liberação do mesmo, tendo em vista sua reputação naquela região. O Delegado simplesmente disse ao advogado que ele lá não se encontrava, quando o advogado já o havia visitado e visto na Delegacia de Goioerê. Então, reiteramos esse pedido, encaminhando a V. Exa. mais um requerimento, para ver se o Sr. Secretário de Segurança Pública nos atende para que, realmente, Goioerê tenha segurança Pública.

Sr. Presidente, Srs. deputados.

Tantos homens têm passado por este Estado, dando tudo de si, sem pensar em si, por causa do povo. Quantos homens, Sr. Presidente, tem deixado de lado afazeres e passeios, sacrificando sua própria família, em prol da causa de nosso povo.

Ele, Sr. Presidente, nascia a primeiro de maio de 1916, aqui na cidade de Curitiba. Ele, Sr. Presidente, em 1940 se formava bacharel em Direito pela Universidade do Paraná. Em 1968 Sr. Presidente, esse homem do qual lhes falo, abnegado como mais um de tantos mártires deste Estado e deste País, ingressava na vida pública como Deputado Estadual.

Foi ele, Sr. Presidente, Srs. deputados, tido e havido neste Estado pelo povo como o advogado do trabalhador durante os anos que por aqui passou como Deputado Estadual.

Foi o Deputado que mais ocupou a tribuna desta Assembléia Legislativa.

Esse homem, Sr. Presidente, do qual eu lhes falo, se chamava Adalberto Daros.

Deveria ele, receber dos homens que passam por esta Casa em vez de pedradas e de insultos à sua memória, deveria receber flores.

Quedou-se em 1968, esse homem que o Paraná admirou e

o povo consagrou por diversas vezes como seu representante. O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estou acompanhando com muita atenção o seu discurso nesta tarde. Mais adiante irei solicitar novo aparte, mas apenas para que não passe despercebido.

V. Exa. diz e disse bem. Esse homem deveria receber e ser recebida a sua memória com flores.

Entretanto, nós que aqui nesta terra vivemos, nós que palhamos Curitiba, nós que aqui estamos convivendo com os mesmos homens talvez, que com ele conviveram, sabem que ele recebe a gratidão e quantos homens puderam ver na sua atitude, de parlamentar, em benefícios que deixou a esta terra. Podemos dar o nosso testemunho de que sua memória é reverenciada pelo trabalhador, que é reverenciada pelo humilde de Curitiba, que sua memória é cultuada e respeitada pelos homens de bem de Curitiba.

Se V. Exa. permitir, mais adiante, continuarei meu aparte.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Agradeço o brilhante aparte de V. Exa.

Como dizia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tombou Waldemar Daros, deixando no mundo político de nosso Estado um lugar insubstituível. Era ele um tribuno, um nacionalista, um advogado do trabalhador brasileiro residente no Paraná.

Mas, como toda árvore que dá sombra, como toda árvore que dá frutos, porisso muito bem enraizado, a tombada de Waldemar Daros nesta floresta de políticos do Paraná, ecoou pela mata, deixando na tombada suas sementes e tantas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu quero confessar a V. Exas. que, quando estudante nesta cidade, na metade do caminho entre minha casa e a Faculdade, de volta a casa, quantas vezes tive oportunidade de, como jovem curioso, adentrar à Assembléia, o velho prédio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e quantas vezes horas e horas eu ouvia com entusiasmo os pronunciamentos de Waldemar Daros, e talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenha sido ele o responsável a incutir na minha mente, vendo a sua luta, o seu desprendimento e sua dedicação, de incutir na minha mente alguma coisa política, o pensamento de que eu também um dia, como tantos que aqui estão, devesse, se fosse possível, se fosse chamado pelo povo, dar também minha participação como homem político.

Confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que grande parcela do fato de eu estar aqui hoje ocupando esta tribuna, devo-a aos ensinamentos do pai político Waldemar Daros. Mas não somente a minha semente frutificou. Tantas outras frutificaram, na criação de líderes, aqui nesta Casa vemos com alegria neste recinto, nesta Assembléia, nesta Casa do Povo, uma semente maravilhosa, a semente do próprio sangue.

Tombava em 1968 Waldemar Daros, o tribuno paranaense, o grande advogado, o parlamentar sem igual admirado até hoje pelos homens da situação, quando ele pertencia ao partido da oposição, Respeitado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, culto e não semianalfabeto, homem que trazia para a Assembléia o interesse particular, homem que respeitava e que se fazia respeitar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que deu exemplo de dedicação, de parlamentar que jamis fora em sua carreira política e Deputados, há aqui que o acompanharam nesta Assembléia — homem que jamais recebeu de alguém e de ninguém, a não ser que maldosamente, a não ser que injustamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a alcunha de ter sido um só segundo da sua carreira política, um demagogo. Demagogo não é homem que luta pelo povo, demagogo, Sr. Presidente, não é homem que luta pelo povo, demagogo, Sr. Presidente, não é o homem que empunha a bandeira do trabalhador e seja conhecido, digo, considerado advogado do trabalhador, demagogo é o político que mente, que trata do interesse pessoal e particular, demagogo é o político que vem para esta Casa e esquece o passado e as promessas de campanha...

OSR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Jayme Carvalho, eu sou muito honrado em poder seguí-lo na assinatura do Projeto de Resolução que apresenta neste dia nesta Casa e gostaria de apresentar, digo, aproveitar a ocasião para dizer que eu que sempre acreditei na História porque a História não nega justiça a quem mereceu, mas dias menos dias ela sempre se faz, e nós que durante algum tempo,

convivemos na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná no tempo de Waldemar Daros, Deputado nesta Casa, aprendemos a admirar sua coragem e eloquência e inteligência e hoje, nós constatamos com esta proposição e com o respeito que toda a Casa, ouve falar da memória honrada daquele parlamentar, nós constamos uma grande verdade, é que a palavra tem seu valor e seus resultados. Waldemar Daros, foi efeito um lutador e um guerreiro, a sua arma e seu instrumento foi sempre a palavra e foi usando da palavra e fazendo valer a palavra, desta tribuna, neste Estado, que fez com que o Paraná, o trabalhador do Paraná, também a História não permite que deles Ela se esqueça, que a sua vida sirva de exemplo a nós parlamentares e os que conheciam e com ele conviveram e que este gesto seja, se porventura uma injustiça foi cometida quando em vida, que sirva também para torná-lo ainda maior perante os homens da sua família, os seus filhos e de todo o Paraná.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Jayme Carvalho, preliminarmente, queria pedir a V.Exa. que após terminar o assunto que V. Exa. está focalizando, concedesse um só momento para fazer referência, a primeira parte desejo corroborar o que os colegas de V. Exa. já disseram e entendendo que V. Exa. foi feliz e, nesta oportunidade, traz à deliberação do plenário uma proposição que realmente se reveste de toda a justiça, inclusive porque a pessoa, a figura homenageada foi como homem que na vida prática exerceu no Poder Judiciário uma atividade de real importância e de grande valor para a vida Judiciária de nosso Estado. Não o conheci como parlamentar, porque a esse tempo eu já me encontrava fora da Capital, mas conheci o advogado Daros e tenho presente num convívio embora superficial que mantive com ele, a sua grande capacidade de jurista e sei não só pelo que V. Exa. disse, mas também pelo que fez, através deste trabalho brilhante e persistente, que engrandeceu a bancada a que ele pertenceu. Engrandecendo consequentemente a sua história nesta Casa de Leis. Faço a V. Exa. esse aditivo à minha assinatura que tive a honra de apor em seu requerimento. Muito obrigado.

O SR' JAYME RODRIGUES DE CARVALHO — Tantas lutas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tanta dedicação, e não poderia e não pode sob pena de que esta Casa pratique a mais vil das injustiças, não pode ficar, Sr. Presidente, no esquecimento, no ostracismo.

A semente deixada na mente de todos nós, paranaenses é superada ainda mais, quando nós com orgulho e com satisfação, vemos que ele tombou, deixando entretanto, ativa a fronteira que empunhava, Sr. Presidente. Tremulando pelos ares, esta terra maravilhosa, colocando-a nas mãos do não menos bravo, filho, Adalberto Daros, hoje nosso brilhante, bravo, culto como pai, companheiro. Estaria a semente, estaria a dedicação do pai, que lutando por tudo e por todos, ensinando tudo a todos, não deixava de ensinar a trilha da justiça, do trabalho, da luta, ao filho que ele trazia ao mundo.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquela bandeira de luta, continua impregnada nas nossas mentes, no presente e no futuro desta terra, para que possamos olhar todos os dias, o nome em que era uma bandeira, e que para mim ainda é bandeira do Paraná. Talvez incompreendido por alguns, para que possamos nos inspirar nos vossos trabalhos e, nos conduzirmos a esta tribuna assim como ele se conduzia diariamente, trazendo a ban-

deira do povo, é que nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, num pedido veemente, porque não estamos defendendo aqui um parlamentar do PTB, nem a memória de um parlamentar que pertenceu ao nosso partido, estamos tentando e queremos ver se conseguiremos, a justiça e compreensão de todos os Pares desta Casa e estamos entrando com um Projeto de Resolução no guinze teor. (Lê):

“PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica denominado “PLENÁRIO WALDEMAR DAROS” o atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa.

Art. 2º — Aprovada esta Resolução, a Comissão Executiva determinará, dentro de trinta dias, a confecção de placa indicativa desta denominação.

Art. 3º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1975.

aa) Jayme Rodrigues Carvalho

Osvaldo Macedo

Del Ciel

Traiano Bastos

Antonio Facci

Deni Schwartz

Maurício Fruet

Otássio Pereira

Lúcio Machado

Ernesto Gnoato

Rosário Pitelli

Ernesto Dal'Oglio

Valter Pietrângelo

Luiz Carlos Zuk

Waldenício Barbalho

Gabriel Manoel

Muggiati Filho

Lineu Turra”.

O Projeto de Resolução está subscrito por diversos Srs. Deputados da bancada do MDB. Temos a satisfação de acusar também a inclusão de um Deputado da ARENA, numa demonstração de reconhecimento pelo trabalho, companheirismo, luta e dedicação que aquele parlamentar teve nesta Casa.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Jayme Carvalho, a propósito do requerimento trazido por V. Exa., reiterando já questão anterior com relação a desmandos praticados em Delegacias de Polícia do Interior do Estado, que se constituiu em problema a miúdo focalizando neste plenário, ocorre-me registrar o seguinte: V. Exa. — e acredito que estribado em motivos dos mais justos e dos mais reais — reclamou e reclama da conduta de determinados Delegados de Polícia.

Por vezes este assunto, que envolve outros de grande gravidade também, tem sido focalizado por nossa bancada, visando inclusive, o andamento e a normalidade dos serviços da própria Casa, da atuação, do modo de atuação de cada um neste Plenário

Discute-se hoje, ilustre Deputado, sobre a prioridade, se assim se possa dizer, de indicação de delegados de Polícia, diretores de estabelecimentos de Ensino, de ginásios e outros cargos sujeitos ao chamado comando político.

Veja V. Exa. que muitas vezes irá acontecer, irá se repetir no plenário desta Casa, fato aqui já ocorrido e o responsável poderá ser um colega nosso, que aqui tem assento. Então a observa-

ção, nobre Deputado, usando mais uma vez de um exemplo real trazido por V. Exa., é o da inteira impropriedade, a existência desta figura que não encontra qualificativa na linguagem jurídica vivida por esta Casa, que dá existência legal a esta Casa, porque tamanha é a sua impropriedade que ela causa — se já não causou — muitos transtornos para o exercício da função legislativa, como pode um ato do Executivo ter, ou inteiramente sob o aspecto moral ou até certo ponto sob o aspecto material, a responsabilidade de um membro do Poder Legislativo.

Aproveito, pois, o exemplo vivo que nos trouxe V. Exa., para deixar registrado, uma vez mais, porque o MDB, já na legislatura passada, por diversas vezes, registrou, nos Anais da Casa, o quanto nocivos são os chamados “comandos políticos”, e o que representa de malefício para a própria vida institucional do Estado, a sua existência.

Era o exemplo que não queríamos perder a oportunidade de utilizá-lo também neste sendito, para que, uma vez mais, fique reiterada a existência desses chamados “comandos políticos”, sem qualificativos na linguagem jurídica que deve nortear nesta Casa, constituem, sem sombra de dúvidas se mantidos, como estão sendo mantidos, pelo atual governo, um verdadeiro descalabro para a vida administrativa do Estado. O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Muito obrigado. O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, tão somente para intervir o primeiro tópico do discurso de V. Exa., aquele que diz respeito a possíveis arbitrariedades cometidas pela autoridade policial, no município de Goioerê, município muito bem representado por V. Exa.

Ouvi com atenção o aparte oferecido pelo líder do MDB, e com muita inteligência S. Exa. procurou situar o Deputado da ARENA, como co-responsável por atitudes menos justas de uma autoridade policial, em qualquer área municipal no Paraná.

Quer me parecer que não é exatamente esta a imagem que deve prevalecer para conhecimento deste douto Plenário. Porque, em todos os municípios, não me recordo, ao longo de minha vida pública, de ter havido intransigência de qualquer companheiro, de minha Bancada, fixando-se em determinado nome, que não merecesse a aprovação da autoridade maior do setor de segurança, que jamais pudesse ter prevalecido a autoridade do responsável que, em última análise, o Secretário de Segurança.

Se o Deputado da Arena tem, sob sua responsabilidade, o comportamento de uma autoridade estadual, ela está mais afeta à sua fiscalização, do que propriamente quis dar a entender o eminente líder do MDB, à vontade de um Deputado na substituição a indicar, porque a sorte do governo depende da sorte dos Deputados governistas, e não me parece ser justo que qualquer Deputado pretenda, em qualquer área municipal, manter uma autoridade coatora, se na opinião pública isso significa desgaste político, para aquele que é o responsável pela sua substituição.

Era este o reparo que queria fazer para indagar de V. Exa. — e me perdoe porque perdi o aparte do pronunciamento de V. Exa. por estar ao telefone tranado de problema relacionado com funcionário público, com o Sr. Secretário de Recursos Humanos — se já foi encaminhado denúncia contra essa autoridade ao Sr. Secretário de Segurança, em que data e se providências não foram tomadas.

Porque ao Governo do Estado, e a ninguém mais do que a ele, interessa um clima de ordem e tranquilidade, no Estado clima que não é assegurado quando a autoridade não tem isenção de ânimo no trato de problemas afetos àquele setor público.

Então, por favor, queria que V. Exa. me ajudasse, se essa segunda denúncia que fez é sobre a mesma autoridade. Assim sendo, viria em socorro de V. Exa. para também reclamar da autoridade, para que fizesse um levantamento da atuação para puni-lo, e se V. Exa. me permitir, eu a levarei ao Sr.

Secretário de Segurança, para que levante a responsabilidade aquele Delegado. Porque não acredito que o Deputado da Arena, responsável em transmitir os anseios de uma população junto ao Governo do Estado, esteja a pretender que o município de V. Exa. se subordine à vontade de uma autoridade menos digna. Muito obrigado.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sabia que poderia contar com o líder do Governo, porque tenho visto a atuação de V. Exa. nesta Casa, como homem de bom senso. P Praza Deus, nobre Deputado, praza Deus, se modifique a atuação de homens políticos e públicos neste Governo, no qual este Deputado deposita muita confiança. O Paraná inteiro deposita confiança neste Governo.

Mas sempre aconteceu. A minha cidade tem sido campeã, na mudança de Delegado. Nós exercíamos e exercemos ainda naquela cidade, a advocacia.

Obtive boa votação na minha cidade no último pleito, porque mandos políticos da minha região mantiveram um Delegado que lá assolou, que acabou com tudo. Muitos dos votos que recebi foram de revolta ao próprio Delegado que foi tirado, com diversos processos, com acertos políticos, antes da eleição para somente até que passasse o pleito. Esse Delegado é o Chefe do Detran de minha cidade.

Quanto à denúncia que fiz, nobre Deputado, há um mês e meio nesta Casa, não foi denúncia.

Requeri uma certidão do depoimento do Sr. Mozart, efetuado na Delegacia de Furtos de Automóveis nesta cidade. Esse moço foi preso em Goioerê, por este delegado.

Entrado o “habeas-corpus” foi escondido em Nova Aurora. O advogado do meu escritório, chegando a Nova Aurora, segundo seu depoimento, teve, por ordem do Delegado de Nova Aurora, um revólver contra sua cabeça, enquanto o Delegado dizia: “ele não se encontra aqui”.

Imediatamente foi mandado a Cascavel e de Cascavel para esta Capital. Na Delegacia de Furtos de Automóveis, nós como advogados, porque mantemos nosso escritório em Goioerê, acompanhamos o depoimento das 8 às 11 horas da noite. Nesse depoimento ele dizia que teria sido preso junto com Cavalo Branco, conhecido por Paulo Hoffmann, perigoso arrastador de carros do Sul do Paraná.

Inclusive os jornais anunciaram esses dias, com fotografias a prisão de quinze caminhonetes C-10. Esse homem teria estado preso junto com meu cliente e deu ao Delegado, segundo depoimento dele aqui na Delegacia, por isto pedimos uma certidão, ou uma fotocópia, para que pudéssemos fazer a denúncia, repito, segundo depoimento, que Cavalo Branco teria dado um Volks e uma Variant ao Delegado para que pudesse se safar da Justiça.

O Volks vi em Goioerê. A Variant vi em Goioerê.

O fato é público e notório. Só não vê quem não quer ver. Estamos, por este motivo, reiterando o Pedido de Informações ao Sr. Secretário de Segurança Pública, dessa certidão na qual consta o depoimento que denuncia o Delegado para que possamos, com esta documentação, fazer, por esta tribuna, ao Sr. Secretário de Segurança Pública a denúncia que pretendemos.

O Delegado que hoje se encontra em Goioerê, foi, numa reunião de advogados, há quinze dias, tido, por declaração dos advogados, como “persona não grata” aos meios jurídicos da cidade de Goioerê.

Entretanto, este Delegado continua na cidade. Isso me leva a crer, nobre Deputado, salvo melhor juízo, que ele esteja sendo mantido pelo famoso mando político.

O povo não o quer, o povo o repudia, os advogados o taxam de “persona não grata”, e no entanto, ele continua prendendo arbitrariamente proprietários, gente bem, inclusive este Mozart, que ele pediu: “Dê sua C-10 que você consegue a sua liberdade. Isto aconteceu com Cavalo Branco que me deu um

Volks e uma Variant". Meu cliente disse: "Não darei porquẽ não roubei, ganhei com meu suor.

Como se negou, foi recambiado para Nova Aurora, depois para Cascavel e posteriormente para Curitiba, onde pudemos localizá-lo, altas horas da noite, graças ao trabalho venevolente e justo do Delegado que dirige a Delegacia de Furtos de Automóveis desta cidade.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Já que V. Exa. me permite este diálogo, se eu puder contar com a boa vontade do encarregado do som plenário desejaria tão somente para ilustrar, já estou requerendo à Mesa que me forneça as notas taquigráficas da fala de V. Exa. para que eu me situe melhor na entrevista que terei com o Sr. Secretário de Segurança, mas desejaria também, alertar o nobre Deputado, de que há em Curitiba, no Estado, em São Paulo, quicã no mundo, e V. Exa. me entenda bem, considero o instituto do "habeas-corpus" uma segurança das garantias individuais, mas muitas vezes, quando se trata principalmente de "gangs" bem estruturadas como é o caso da quadrilha de Cavalo Branco, é possível que a autoridade policial tenha pretendido ter sob a sua guarda, detidos, aqueles, quando também tinha como suspeito de estar integrando uma quadrilha que vem causando ao Paraná, prejuízos enormes há tanto tempo. Parece que, graças a Deus, na última semana foi desfeita, com a prisão da maioria dos seus integrantes e a prática do passeio do preso poderá ser justificada por aquela autoridade policial, como se em trânsito de Goioerê a Curitiba, quem sabe até com a desculpa de que a estrada principal não oferecesse condições para atingir a Capital do Estado. Difícil portanto neste particular, poder-se afirmar que o Delegado de Polícia não estivesse com o propósito quem sabe honesto, de apurar a vinculação do cliente de V. Exa. com a "gang" do Cavalo Branco.

Independentemente, nobre Deputado, V. Exa. fez uma acusação séria, seríssima, a do suborno a autoridade policial e isto, acredite V. Exa., o Governador do Estado não haverá de permitir jamais, que isto ocorra, mesmo que o Deputado detentor da responsabilidade liderança política pretenda se opôr à substituição interessa ao Governador do Estado e eu repito, a confiança da população quanto ao seu comportamento, e eu conheço o Governador Jayme Canet Junior, sei que se o Sr. Secretário de Segurança por qualquer razão estranha até à sua vontade não puder adotar medidas saneadoras que eu acredito tomará, haverá interferência até pessoal do Sr. Governador do Estado para que o progressista município de Goioerê tenha uma autoridade digna da confiança daquela população.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Esta a nossa esperança. Até como advogado, admito o cambiamento de presos; não posso admitir, o cambiamento de presos suspeitos e a soltura de Cavalo Branco. Houve, Sr. Deputado, a soltura de Cavalo Branco em Goioerê, e o recambiamento de presos suspeitos, na Delegacia de Goioerê.

O SR. IVO THOMAZONI — Perdoe-me pretendo dialogar, mas é que a imprensa da Capital noticiou que o Cavalo Branco não havia sido detido e que, em nova incursão, a polícia estava aqui a localizá-la. Porisso estranhei a afirmação de que, depois de que, depois de preso, ele fora solto, sob propina.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Não. Esta prisão em Goioerê foi anterior a este noticiário da Capital. Foi questão de um ou dois meses atrás, motivo porque queremos o depoimento de Mozar que denunciava na Delegacia de Furtos de Automóveis a prisão do Cavalo Branco, em Goioerê e a soltura mediante o pagamento de um Wolkswagen e uma Variant.

O SR. IVO THOMAZONI — Só para me valer do espírito alta-

mente democrático de V. Exa. para indagar. Naquela oportunidade algum bacharel de Goioerê patrocinou a causa do Cavalo Branco.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Oficialmente não.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Segundo dizem por acerto com o Delegado houve interferência, não posso provar. Não é oficial.

Sr. Presidente, são estas as palavras que encaminhamos a V. Exa. nesse pedido, nesse Projeto de Resolução e pedimos a compreensão dos parlamentares do partido situacionista para que conosco prestem essa justa homenagem ao saudoso Deputado Waldemar Daros. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria dos Srs. Deputados Jayme Rodrigues de Carvalho e Osvaldo Macedo, devidamente apoiado, lido da tribuna. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LÚCIO MACHADO — Peço verificação de quorum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Deputado pede a palavra pela ordem

O SR. LÚCIO MACHADO — Peço verificação de quorum. Parece que não há quorum.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere e pede ao Sr. Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 29 Srs. Deputados. Há número legal, para prosseguimento da Sessão, e consequentemente votação. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução N. 07/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição N. 08/74, que aprova os Termos de Acôrdo N. 07/73, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, objetivando acelerar a execução do levantamento de Reconhecimento Aptidão Agrícola com respectiva impressão de Mapas nas áreas 1, 2, 3, 6 e 7 da Divisão Estadual do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução N. 14/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição N. 30/75, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Paranaguá, objetivando construção de prédio destinado ao Instituto Médico legal, na sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução N. 16/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição B. 161/74, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, visando a implantação do EIXO INDUSTRIAL que integra o Sistema Viário da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 32/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 06/75, que aprova o Termo Aditivo do Convênio de 28/12/73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Tapejara, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia no referido município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 33/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 29/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com o Município de Verê, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 34/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 28/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e a de Viação e Obras Públicas com o Município de Telemaco Borba, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia, naquela comuna. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 35/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 20/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Prefeitura Municipal de Faxinal, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia no referido município. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 14/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 14/75, que objetiva autorização para alinear os bens imóveis que especifica e que foram arrecadados pelo Estado, nos Autos da Arrecadação de Bens Jacentes sob nº 26/ a/ 27, da Comarca de Rio Negro, Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.T.I.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 112/74, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Munhoz de Mello. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 112/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Munhoz de Mello, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1974.

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO

— COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 112/74

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado José Muggiati Filho, tem como objetivo declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA MUNHOZ DE MELLO, com sede na cidade do mesmo nome.

Examinando-se o processo, bem como a documentação, que o acompanha, podemos verificar que os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria, estão plenamente satisfeitos.

Isto exposto, temos a nos manifestar pela aprovação do Projeto pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 137/74, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, 1 (um) rolo compressor Muller Tanden ano 1962, de propriedade da Secretaria dos Transportes — DER. — Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 137/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAISO, 1 (um) rolo compressor TANDEN ano 1962, modelo RT-62 — Série nº 868 de 5 a 8 toneladas, com motor MWM, modelo KD-12-D nº 6111 — 7B — 30 HP — 1.800 RPM., de propriedade da Secretaria dos Transportes — Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1974.

a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

O Rolo Compressor que se pretende doar, através do presente Projeto de Lei, se acha prestando serviços na cidade de Bela Vista do Paraíso, por empréstimo. Ocorre que para o Departamento de Estradas de Rodagem, as máquinas já estão com muito uso, se tornam deficitárias e improdutivas, dado o grande volume de obras a ser realizado. Entretanto, para as Prefeituras que realizam pequenos serviços de pavimentação e reparos, as máquinas usadas e bem recuperadas podem prestar bons serviços e substituem perfeitamente as novas sempre de alto custo e que são praticamente impossíveis de serem adquiridas.

Por este motivo apresentamos o presente Projeto de Lei, que se merecer a aprovação dos nobres deputados, ensinará a Prefeitura de Bela Vista do Paraíso, condições de melhor recuperá-lo, afim de prestar melhor serviço à sua progressiva comunidade.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 137/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado

Rosário Pitelli, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, um rolo compressor com as características que especifica, de propriedade da Secretaria dos Transportes.

Examinando-se o processo, bem como a justificativa apresentada, nada encontramos, quer constitucionalmente, quer juridicamente, que contrarie a sua aprovação.

Isto exposto, o nosso parecer é pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente
WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 137/74

De autoria do ilustre Deputado ROSÁRIO PITELLI, o Projeto de Lei ora em exame, autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, um rolo compressor, MULLER TANDEN ano 1962, de propriedade da Secretaria dos Transportes.

Do ponto de vista financeiro, que esta Comissão deve examinar, entendo que o Projeto está em condições de ser aprovado.

É o parecer.
S.M.J.

aa) QUIELSE CRISOSTOMO — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 152/74, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos Escrivães das respectivas Varas, comunicar as decisões da Justiça absolutórias ou pelo arquivamento, ao Instituto de Identificação e à Delegacia de Vigilância e Capturas e demais Delegacias, relacionadas com ditos processos criminais, e dá outras providências. Parecer **CONTRÁRIO** da C.C.J. — **REJEITADO**.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Expediente firmado pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Ivo Thomazoni, constante do Expediente, indicando os nomes dos Parlamentares que comporão a Comissão Especial de Assuntos para a Implantação do Polo Petroquímico. São indicados pelo MDB: Mauricio Fruet, e Lineu Turra; Pela ARENA: Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso

e Jorge Sato. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que inclua no Plano Estadual de Educação Física, com verba da Loteria Esportiva, a construção do Ginásio de Esportes, do município de Marialva. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Telepar, no sentido de que seja reestruturada a medida anunciada de cobrança de sobre taxa nas ligações telefônicas, que ultrapassem de três minutos. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Diretor do Funrural, no sentido de ser reestabelecido o convênio com o Hóspital de Caridade de Palmeira. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, a toda equipe organizadora do 2º Ciclo de Atualização Agrária. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado às Direções Central e Regional da Caixa Econômica Federal, objetivando a criação de novas agências do noroeste na região do Estado. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro do Estado do Exército, sugerindo o aproveitamento do Quartel da cidade de Castro, seja utilizado para um escola veterinária do próprio exército ou para implantação de um Hospital Militar. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo a Telepar, objetivando providências técnicas que se fizerem necessárias, no sentido de normalizar o serviço de discagem direta de Curitiba a outros centros para Toledo e Vice-Versa. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, em sessão anterior, para representar esta Assembléia Legislativa na 1ª Feira Estadual de Bezerros do Paraná. Esta Presidência designa os Srs. Deputados Trajano Bastos, Aragão de Mattos Leão e Jurandir Messias.

O SR' PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciado anteriormente.

Levanta-se a Sessão.